

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Sôo Paulo

CLASS. : 687

DATA : 14 11 91

PG. : 8

Cimi sustenta que governo promove "genocídio"

"Interesses econômicos e militares mais uma vez impedem a demarcação da terra tradicionalmente ocupada pelo povo yanomami. A imprensa noticia que a decisão do presidente Fernando Collor de Mello de adiar a demarcação foi tomada em reunião com os ministros militares, sob argumentos absolutamente falsos e ilegais. Segundo esses argumentos, não se deve demarcar terras indígenas na faixa de fronteira de 150 quilômetros, "para evitar problemas para o país", e "não se pode deixar criar um território indígena em área muito rica, com regras próprias, onde o Estado não teria controle".

Tais argumentos são revoltantes. Não há impedimento legal, muito menos de ordem constitucional, para que as terras indígenas sejam demarcadas em faixa de fronteira. Não demarcá-las é que cria graves problemas para o país, pelo descumprimento de determinação constitucional e por condenar um povo ao extermínio.

Com esta posição, os militares pretendem concretizar a sua tese de fronteira viva que, no caso, se efetivaria com a presença na terra indígena de interesses econômicos.

A segunda afirmação militar ao mencionar uma 'área muito rica' - confirma esse entendimento. A propósito, o contra-almirante Roberto Gama e Silva, em depoimento na CPI da Internacionalização da Amazônia, dia 31 de outubro, revela a existência da pretensão de 21 empresas de explorar minérios em território yanomami, em uma área que totaliza 4 mi-

lhões 335 mil 127 hectares. Entre essas empresas destacam-se a Paranapanema, Brascan, Companhia Vale do Rio Doce, Andrade Gutierrez, além da Tomé Mestrinho, de propriedade de um irmão do governador do Amazonas.

Não é verdade que, com a demarcação, a terra indígena ficaria submetida a "regras próprias, onde o Estado não teria controle". Os povos indígenas e seus territórios estão submetidos às leis brasileiras, portanto, à soberania do Estado brasileiro, devendo ter as suas terras, a sua organização social, usos, costumes, crenças e tradições respeitadas e protegidas. A mencionada alegação apenas confirma o ânimo dos militares de não proteger as terras e os bens dos povos indígenas.

Se por um lado as autoridades militares falam em 'internacionalização da Amazônia', por outro eles se preparam para entregar a terra yanomami à sanha do grande capital nacional e estrangeiro.

É inaceitável a atitude protetória do presidente da República, que submete a política indigenista aos argumentos dos militares e que favorece os interesses privados. As autoridades do Poder Legislativo Federal, do Judiciário e do Ministério Público Federal precisam adotar medidas enérgicas e urgentes contra a decisão arbitrária do Poder Executivo, que significa, em última instância, deixar aberta a porta para o genocídio dos yanomami. Brasília, novembro de 1991, Conselho Indigenista Missionário."